

Ofício 148/2020

Brasília-DF, 10 de novembro de 2020.

Ao Senhor

**Leonardo Rolim Guimarães**

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Brasília/DF

**Assunto:** Reivindicações dos servidores e servidoras do INSS

A Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores da Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – **FENASPS**, com sede e foro no Setor de Diversões Sul (SDS), Edifício Venâncio V - térreo, loja 28, Brasília-DF, vem através do presente expor o que segue e apresentar as pautas de reivindicação dos servidores e servidoras do INSS, conforme aprovadas nos fóruns da categoria, sendo estes:

A presidência do INSS apesar das alegações que que tem dialogado com as entidades representativas dos servidores, na realidade nas diversas reuniões realizadas no último período, vem meramente expondo as medidas que são impostas aos trabalhadores e trabalhadoras no INSS. Tais medidas, precarizam e prolongam a jornada de trabalho dos(as) servidores(as) sem nenhuma possibilidade de acatar e negociar as pautas fundamentais dos(as) servidores(as). A FENASPS não aceitará negociar pautas que visem apenas trazer o adoecimento dos servidores e servidoras, que atendem apenas às pautas de interesse do Instituto, sem contrapartida alguma para os servidores e servidoras da casa e desmontar o INSS, principalmente referente aos programas de gestão que vem sendo impostos, às alterações na GDASS, redução do atendimento presencial, alterações na estrutura do INSS, desmonte dos serviços previdenciários (Serviço Social e Reabilitação Profissional), dentre outros.

Nos últimos 5 anos o INSS teve seu quadro de trabalhadores reduzido em mais de 40%. Hoje o déficit de servidores chega a quase 21 mil trabalhadores. Apesar do Instituto ter implementado novas tecnologias e novos processos de trabalho através da digitalização, essas tecnologias vieram muito mais no sentido de intensificar a produtividade dos servidores e servidoras, aumentando de sobremaneira a pressão por metas de produtividade, o assédio moral e o adoecimento da categoria. Além de cercear o acesso aos direitos previdenciários de milhões de pessoas que não possuem qualquer acesso à internet.

Em diversas entrevistas, falas na imprensa e nas audiências, a Presidência do INSS e sua diretoria reconhecem que mesmo com uma redução substancial do quadro de servidores, os ganhos de produtividade para o Instituto foram enormes. Tais ganhos de produtividade não se deram por acaso, ao longo dos últimos anos (e de forma acelerada no último período), o instituto vem gradativamente pressionando os(as) servidores(as) para impor um controle não pelo cumprimento da jornada de trabalho, mas uma pressão constante para cumprimento de metas.

*Diferente do que prega a gestão do INSS, a modalidade de teletrabalho não é uma escolha do servidor, mas uma estratégia de gestão focada no aumento da produtividade, sendo pela extensão do jornada e intensificação da mesma. Ou seja, assumir uma maior demanda de trabalho, com um quadro*

reduzido de trabalhadores(as).

Mesmo com a redução do quadro de servidores em mais de 40%, a produtividade média por servidor em números de processo praticamente dobrou desde 2013, e a cada ano a pressão sobre a categoria para analisar uma demanda crescente de requerimentos é cada vez maior.

Os programas de gestão, associados à política deliberada de assédio moral, ameaças de cortes salariais com redução da GDASS transformaram o INSS em uma autarquia totalmente insalubre e num verdadeiro triturador de vidas humanas. Enquanto os indicadores de produtividade crescem, o adoecimento da categoria segue o mesmo caminho, numa relação de causa e efeito, com indicadores diretamente proporcionais: mais produção, mais adoecimento.

Os dados fornecidos pelo próprio INSS comprovam essa realidade sombria à qual a categoria está submetida:

**Tabela 01:** Número total de servidores e servidoras e de afastamentos no período de 2016 a 2019.

Ano	Total de servidores(as)	Total de afastamentos	% de afastamentos
2016	26069	10249	39,30%
2017	25524	10152	39,80%
2018	24059	11349	47,20%
2019	19744	12776	64,70%

Fonte: Base de dados do INSS, fornecidos pelo e-SIC, em 23/10/2020 (Elaboração própria, 2020)

O gráfico acima demonstra que no ano de 2019, 64,70% da categoria, ou seja, mais de 12.700 trabalhadores e trabalhadoras do INSS necessitaram de afastamento do trabalho para tratamento de saúde. Cenário esse, agravado pela não realização de perícias médicas, pelo desmonte do SIASS e pelo total abandono de uma política de saúde do servidor, com acompanhamento e realização de exames periódicos, por exemplo. Sem contar ainda, a subnotificação de adoecimentos, pois com a política de atrelamento dos salários às metas, muitos trabalhadores e trabalhadoras continuam exercendo suas atividades mesmo doentes, para que consigam manter a renda através do bônus de produtividade.

Além da questão do adoecimento da categoria, é importante ressaltar que a última correção salarial se deu em 2017. E com a política de “granadas” no bolso dos servidores e servidoras, há a perspectiva de congelamento salarial até pelo menos 2023. E a gestão do INSS apenas se limita a comentários sobre uma possível carreira de Estado, num cenário onde claramente o movimento do governo é outro: a imposição da reforma administrativa com aprofundamento de ataques contra os trabalhadores e trabalhadoras no Estado.

Desta forma, verifica-se que apesar dos trabalhadores e trabalhadoras do INSS terem apresentados resultados importantes no que tange o aumento da produtividade do instituto, não houve qualquer contrapartida por parte da autarquia. Pelo contrário! A cada dia há um bombardeio de informações a respeito de novas metas, novos programas de gestão e inclusive a imposição de um mecanismo perverso de arrocho e assédio moral institucional que é o atrelamento da meta de produtividade à GDASS.

Assim como se deu em diversos governos anteriores a FENASPS está disposta a estabelecer um canal de negociação e diálogo concreto. Porém, o diálogo e negociação se dá apenas quando há efetivamente interesse por parte da gestão em implementar e levar em consideração as questões

apresentadas pelas entidades representativas. Mas, as últimas audiências com a presidência e direção do INSS se limitam a mera apresentação dos programas de gestão que o INSS deseja impor a categoria. Portanto, é fundamental que haja uma alteração na forma e no conteúdo das audiências. Pois, enquanto em Brasília se discute mais um programa de gestão, com bases meramente tecnocráticas e descolado da realidade concreta dos locais de trabalho, os(as) servidores(as) do INSS têm salários cada vez mais arrojados, sua saúde deteriorada muitas vezes levando a óbito.

Assim apresentamos as pautas, que consideramos fundamentais num processo real de negociação, antes da discussão de qualquer programa de gestão ou metas de produtividade. Essas pautas garantem o serviço público de qualidade e condições de trabalho dignas para os servidores e servidoras, conforme abaixo:


## **Pautas de reivindicação:**

- a. **Garantia da jornada de trabalho de 30 (trinta) horas para todos os servidores e servidoras, considerando as atribuições e funções específicas dos trabalhadores e trabalhadoras no INSS;**
- b. **Reposição das perdas salariais dos servidores e servidoras, conforme inflação;**
- c. **Cumprimento do acordo de greve de 2015**, com a instituição do comitê para debate da carreira do seguro social. O INSS vem descumprindo o acordo de greve, garantido em lei a mais de 5 (cinco) anos, demonstrando sua real preocupação com os servidores e servidoras;
- d. **Implantação de uma política de saúde do servidor.** O SIASS foi extinto mesmo antes de ser implementado na sua totalidade, a realidade atual é de 64% da categoria se afastou do trabalho por adoecimento no ano de 2019, fato que demonstra o processo de precarização do trabalho do servidores que se acirra nos últimos anos com a maioria da categoria já está adoecida;
- e. **Incorporação das gratificações.** O INSS é um dos únicos órgãos **que a categoria tem cerca de 90% das suas remunerações composta por gratificações. A incorporação das gratificações é um dos itens do acordo da greve de 2015 que até o momento não foi cumprido pelo governo;**
- f. **Adicional de qualificação. Restabelecer a discussão sobre esse adicional, considerando a formação e qualificação dos servidores e servidoras;**
- g. **Reestruturação dos serviços previdenciários:** Serviço Social e Reabilitação Profissional, serviços que são direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Esses serviços vem sendo extremamente desmontado com diversas medidas da gestão do INSS nos últimos anos;
- h. **Realização imediata de concurso público.** O INSS perdeu mais de 50% do seu quadro funcional nos últimos anos, é impossível com essa redução de servidores atender a demanda crescente da autarquia;

- i. Garantia de que qualquer alteração na estrutura do INSS seja debatido com os(as) servidores(as) e a sociedade:** As alterações na estrutura do INSS, visam reduzir as unidades de gestão descentralizadas, bem como, as agências da Previdência Social;
- j. Garantia do atendimento presencial para os usuários e usuárias que não tem acesso às plataformas digitais:** Sabe-se que parcela considerável da população não tem acesso às plataformas digitais, gerando assim em muitas situações, o custeio pelo trabalhador(a) de um serviço que o Estado deveria disponibilizar;
- k. Garantia de condições de trabalho e espaços de debate com as entidades que de fato garantam o diálogo e a negociação, bem como, estes tenham composição paritária (gestão e entidades):** O INSS criou um GT de pontuações fictício que inclusive, não respeita a paridade entre governo e entidades representativas dos(as) servidores(as) (maioria são representantes do governo), tendo decisões definidas por voto, ou seja, as decisões serão da gestão do INSS, impondo o produtivismo para toda a categoria. Faz-se necessário espaços de debate que efetivamente discuta e garantam equipamentos adequados, resolução dos problemas de inoperância dos sistemas; capacitação continuada, uma política de saúde do servidor, a jornada de trabalho, dentre outros. Que estes espaços tenham garantia de representação paritária, entre representantes dos trabalhadores e da gestão do Instituto;
- l. Suspensão da cobrança das metas de produtividade,** bem como dos ciclos de avaliação da GDASS, sem prejuízo financeiro aos trabalhadores, até que concretize espaços de diálogo e negociação, conforme disposto no item J;
- m. Restabelecimento do SIASS,** com a realização de exames periódicos e acompanhamento da saúde do servidor.

Consideramos que tais pautas são de extrema urgência para serem debatidas. São pautas para garantir a dignidade, a saúde e o respeito pelos servidores do INSS. São pautas necessárias para implementar um processo real de valorização dos servidores e servidoras responsáveis por garantirem os direitos e a renda de milhões de outros trabalhadores(as) que dependem do INSS. A valorização dos trabalhadores no Estado é medida fundamental para garantir a qualidade do serviço público.

A Fenasps ressalta que está aberta ao diálogo e à negociação das pautas apresentadas, desde que haja efetivamente um canal de negociação e não apenas que a federação seja relegada ao papel de mera espectadora nas audiências para ouvir as "propostas" da gestão do Instituto. E afirmamos que tal negociação se dará com a construção de um amplo processo de mobilização da categoria em defesa dos seus direitos e de sua dignidade.

  
Laurizete Araújo Gusmão  
Diretoria Colegiada  
FENASPS